

Sindicalismo e mobilização dos desempregados no Brasil.

Souza Davisson Charles Cangussu de y
Figueiredo Filho Carolina B G.

Cita:

Souza Davisson Charles Cangussu de y Figueiredo Filho Carolina B G (2010). *Sindicalismo e mobilização dos desempregados no Brasil*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/576>

SINDICALISMO E MOBILIZAÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO BRASIL

Carolina B. G. Figueiredo Filho - carolfilho@yahoo.com.br - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Davisson C. C. de Souza - davissonhistoria@yahoo.com.br - Universidade de São Paulo (USP)

Área temática: Política Comparada

Subárea temática: Sindicatos, Movimientos Sociales y Protesta Social

Mesa: Movimentos e Classes Sociais no Capitalismo Neoliberal

Neoliberalismo e Relações de Classe - Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) - Unicamp

Coordenadores: Profa. Dra. Andréia Galvão e Prof. Dr. Armando Boito Júnior

Trabalho preparado para apresentação no *V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*, organizado pela *Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)*. Buenos Aires, 28 a 30 de julho de 2010

Resumo

Esta comunicação busca refletir sobre a relação de unidade e fratura entre os trabalhadores em atividade e aqueles do exército de reserva no Brasil nos anos 2000, a partir da análise comparativa de algumas de suas formas de organização, como as entidades sindicais, Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Intersindical e Conlutas, e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

Considerações iniciais

Este artigo busca refletir sobre a relação de unidade e fratura entre o ativo e a reserva no Brasil nos anos 2000, tomando como eixo da análise os vínculos entre o sindicalismo (o movimento orgânico do exército de operários ativo no capitalismo – doravante, o ativo) e os desempregados (o núcleo central do exército de reserva da classe trabalhadora – doravante, a reserva). Exploraremos como essa relação se manifestou nas ações e representações do Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD) e de duas das seis centrais sindicais brasileiras reconhecidas¹ (a CUT e a FS) além da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), e da Intersindical.²

A escolha do MTD se deve ao fato de que se trata da única organização a nível nacional que representa desempregados em sua base social a partir desta identidade coletiva. A CUT e a FS foram escolhidas por se tratarem das maiores centrais do país e por seu alinhamento com o governo Lula. Abordaremos também a Conlutas e a Intersindical por seu

¹ São elas: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical (FS), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST).

² A Intersindical é uma agremiação de sindicatos que não está legalizada como central. Uma parte da Intersindical é composta pelos setores próximos à Alternativa Sindical Socialista (ASS) e à Unidade Classista (próxima ao Partido Comunista Brasileiro - PCB). A entidade reúne alguns sindicatos ainda filiados à CUT e não reivindica a construção de uma nova central. A outra Intersindical abarca os setores próximos ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e está participando do processo de unificação com a Conlutas e outras organizações. Neste artigo, deteremo-nos sobre esta última parte da Intersindical, já que o processo de construção da nova central tem trazido à tona questões interessantes para a análise da unidade e fratura do exército industrial ativo e de reserva.

posicionamento ideológico crítico a setores sindicais hegemônicos no país, e por comporem, atualmente, a frente de esquerda de oposição ao governo federal. Consideramos pertinente a comparação dessas diferentes formas de luta, já que isto permite explorar as relações de unidade e fratura do ativo com a reserva sob diversas perspectivas de organizá-los.

Para desenvolver a análise, levamos em conta as seguintes questões: (i) o *posicionamento* das centrais sobre as causas do desemprego; (ii) as *propostas* de solução para o problema presentes nos protestos, reivindicações e negociações com empresas e governos; (iii) o *plano de luta* e as *estratégias* dos sindicatos diante da eliminação de postos de trabalho; (iv) as *ações* de base realizadas com os demitidos; (v) e a política de *representação* dos interesses e *organização* dos desempregados. Os quatro primeiros pontos serão apresentados de forma sucinta, pois nos concentraremos no último item para desenvolver as teses centrais do artigo.

As questões sobre as quais procuraremos nos debruçar são as seguintes: Que tipo de política estas centrais sindicais desenvolveram em relação aos desempregados? Em que medida a ideologia política e sindical das entidades pesou em relação a suas ações e representações? Que influência o acomodamento à estrutura sindical teve no tipo de representação sindical levada a cabo por estas entidades? Há diferenças entre centrais “governistas” e “opositoras” ao governo em relação a esta questão? Como o conjunto das organizações avalia a possibilidade de uma ação conjunta entre empregados e desempregados? Que relações se podem estabelecer entre os interesses imediatos das bases e das cúpulas dessas centrais e seu discurso e prática em relação aos desempregados? Como o MTD compreende as ações sindicais para o segmento que representa?

O material utilizado consistiu na análise de documentos de fonte primária das entidades analisadas (especialmente resoluções de encontros, plenárias e congressos), na observação de campo do Seminário Nacional da Reorganização Sindical e Popular, realizado nos dias 1 e 2 de novembro de 2009, em São Paulo, e em entrevistas semi-estruturadas com dirigentes das organizações.³ Antes de passar à análise, faremos algumas considerações sobre o marco teórico adotado para tratar o caráter de classe dos desempregados.

Marco teórico

Este trabalho parte da premissa de que empregados e desempregados, ao formarem parte, respectivamente, do ativo e da reserva, compõem diferentes frações da classe trabalhadora, que, a princípio, possuem interesses imediatos divergentes. Este antagonismo advém da função que cumprem no processo de acumulação do capital, que instaura uma competição estrutural entre os trabalhadores, ainda que, em última instância, sua condição comum de expropriados seja o principal determinante de seu pertencimento a uma mesma classe, composta por todos aqueles que necessitam vender sua força de trabalho para obter os meios de sua subsistência. A relação de unidade e fratura entre ambos é dada pelo processo

³ Contamos, primeiramente, com uma base de dados de 17 entrevistas com dirigentes da CUT e sete, da Força Sindical. A coleta foi realizada para a tese de doutorado em andamento de Davisson C. C. de Souza, que trata da relação entre sindicalismo e desempregados nas décadas de 1990 e 2000 numa perspectiva comparada de Brasil e Argentina. Além de dirigentes da executiva nacional de ambas centrais, foram entrevistados diretores de alguns sindicatos da região metropolitana de São Paulo, federações paulistas e confederações nacionais, cujos setores estiveram entre os mais afetados por demissões em massa no período analisado (metalúrgico, bancário, químico, têxtil, construção civil, comércio e funcionalismo público). Ademais, foi realizada uma entrevista com um dirigente do MTD de Campinas, feita por Carolina B. G. Figueiredo Filho para sua pesquisa de iniciação científica. (Figueiredo Filho, 2009). Por último, foi feita uma entrevista com um dirigente nacional da Conlutas e outra da Intersindical. Todos os depoimentos foram colhidos durante o ano de 2009.

histórico de construção social e cultural da luta de classes, e constitui um dos elementos centrais do caráter do enfrentamento com a classe capitalista.⁴

Para orientar nossa análise sobre as limitações, contradições e potencialidades da mobilização dos desempregados e de sua relação com o movimento sindical, partimos do arcabouço teórico construído por Marx e Engels. Tomamos como referência, em especial, o capítulo XXIII d'O *Capital* (Marx, 1982), em que Marx apresenta a teoria da *lei geral da acumulação capitalista* e discorre sobre a funcionalidade do *exército industrial de reserva* para essa dinâmica, e *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 1986), obra na qual Engels desenvolve os efeitos da concorrência entre os próprios trabalhadores no capitalismo.

Segundo esses autores, o aumento do capital constante, impelido pela produtividade decorrente do incremento das forças produtivas e da concorrência entre os capitalistas, permite que o processo de acumulação de capital se desenvolva e se intensifique extraindo mais sobretrabalho sem, no entanto, empregar mais trabalhadores. Desse modo, acentuado pelo processo de concentração e centralização de capital, o sistema capitalista produz um excedente populacional de trabalhadores, que serve como um contingente de força de trabalho disponível para ser comprada pelos capitalistas na medida em que a produção capitalista necessite. Assim se concretiza a tendência da *lei geral da acumulação capitalista*, que gera ao mesmo tempo riqueza, por um lado, e pobreza e desemprego, por outro. Esse *exército de reserva*, no entanto, além de “produto” da acumulação capitalista torna-se também sua “alavanca”, já que: possibilita que o capital possa incorporar o número de trabalhadores que necessite quando o ciclo de produção se aquece (mesmo a despeito do crescimento populacional)⁵; e pressiona os trabalhadores em atividade, que aceitam trabalhar mais por menores salários e em piores condições, por conta do medo de serem substituídos pelo estoque de força de trabalho reservada para a produção capitalista. Assim, a inatividade de uma parcela da população expropriada dos meios de produção se combina com o trabalho excessivo de outra.

A *superpopulação relativa* é produto e alavanca do processo de produção capitalista e contribui para aprofundar a competição entre os trabalhadores, constituindo-se em seu principal elemento de sua fratura. Essa dinâmica se dá na medida em que abre mais espaço para a intensificação da exploração da força de trabalho empregada, enquanto se elimina da produção o “excesso” de trabalhadores, que acabam se tornando redundantes, relativamente, à acumulação, nem mesmo conseguindo concretizar a relação de dependência da qual necessitam para sobreviver. Há diferentes manifestações dessa superpopulação relativa de acordo com o vínculo que estes trabalhadores mantêm com o processo produtivo, o que pode ter influência também na forma como estes trabalhadores se organizam e se mobilizam. Entre as principais expressões, podemos destacar: a) a parcela flutuante: formada pelas oscilações e sazonalidades do ciclo produtivo industrial; b) a parcela latente: composta por aqueles trabalhadores rurais, pequenos agricultores e camponeses repelidos pela extensão das relações capitalistas no campo e pela mecanização da produção agrícola, sempre na iminência de migrar para a cidade em busca de emprego e melhores condições sociais; c) a parcela estagnada: parte ativa do exército de reserva, mas com ocupações irregulares e instáveis, e submetidos a condições de trabalho precárias, jornadas mais longas e a baixas remunerações; d) o *lumpemproletariado*, composto pelos que conseguem sua sobrevivência através das chamadas atividades “ilícitas” (criminosos, vagabundos, prostitutas, etc.). A camada

⁴ Alguns elementos desse marco teórico vêm sendo discutidos nos trabalhos de Souza (2009).

⁵ Esse elemento explica porque a superpopulação no capitalismo é “relativa” (às necessidades do capital), e não absoluta, como argumentava Malthus.

pauperizada perpassa todas as instâncias da superpopulação relativa e está constituída pelo sedimento que “vegeta no inferno da indigência” (como os mendigos e os inválidos para o trabalho, estes últimos, o “asilo de inválidos” da classe trabalhadora).

Os trabalhadores que compõem o exército de operários ativo e de reserva são oriundos de um fundamento comum contra o qual procuram se organizar: a exploração do capital sobre o trabalho. Contudo, esses mesmos sujeitos possuem interesses imediatos divergentes: enquanto os primeiros lutam por manter seus empregos e aumentar salários, os últimos lutam para conseguir vender sua força de trabalho e por adquirir alguma remuneração para poderem sobreviver. É neste ponto que se assenta a chave para a compreensão da relação de unidade e fratura entre o ativo e a reserva. Para desenvolvermos sobre essa relação, é imprescindível analisá-la à luz das diferentes formas de organização dos trabalhadores, como os sindicatos, as centrais e o movimento de desempregados, todas estas, expressões da mesma luta contra os efeitos da acumulação de capital. A análise calcada nesses termos requer a consideração de que o exército de reserva e os desempregados (que são parte dele) compõem a classe trabalhadora e que, portanto, sua mobilização conjunta com os trabalhadores em atividade é parte do embate contra a exploração capitalista, na qual ambos estão inseridos. Além de pressionar o rebaixamento do salário e das condições de trabalho, no entanto, o desemprego também dificulta a organização conjunta dos trabalhadores em uma mesma classe. O medo da demissão estimula a concorrência entre eles e enfraquece a resistência diante das imposições do capital. Assim, a associação entre trabalhadores em atividade e desempregados causa uma afronta à classe dominante porque trata de reunir os trabalhadores, colocando em xeque a concorrência entre estes, definida por Engels como “a arma mais afiada da burguesia na sua luta contra o proletariado” (Engels, 1986, p. 94).

O advento do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, além de em grande medida contribuir para o aumento do desemprego, através do enxugamento do funcionalismo público e do operariado fabril, da intensificação do ritmo de trabalho e da produtividade, da flexibilização das relações de trabalho vem aprimorar as funções do exército de reserva. Para Meneleu Neto (1996), o enfraquecimento das organizações da classe trabalhadora não é apenas uma consequência da expansão do exército de reserva, mas uma condição para que o capitalismo se revigorasse da crise da queda da taxa de lucro por que passou a partir dos anos 70.

Ao longo da história, os sindicatos se consolidaram como a principal forma de organização dos trabalhadores em atividade, mas também não é novidade que a organização dos desempregados seja feita por parte dos sindicatos e das centrais, ou de modo distinto destes, a exemplo dos comitês de desempregados. Desde a Revolução Industrial inglesa e a conformação das primeiras associações de trabalhadores no século XIX, já se fizeram presentes iniciativas organizativas e políticas no sentido de estreitar a relação entre trabalhadores ativos e desempregados e de dar respostas à questão do desemprego. O movimento *luddita*, as caixas de pensão organizadas pelos próprios trabalhadores e a bandeira pela redução da jornada de trabalho demonstram tentativas nesse campo. Além disso, notam-se também diversas mobilizações de desempregados principalmente em momentos de aumento do número de demissões. Historicamente, as experiências de mobilização unitária do movimento operário organizado sindicalmente com os desempregados se deram através de diversas formas e instrumentos de luta, tais como a mobilização para a luta (protestos), a organização para a produção e o consumo (cooperativas), as políticas de contenção (caixas de auxílio e fundos de greve) e o oferecimento de serviços (cursos de qualificação e intermediação do emprego da força de trabalho). É importante enfatizar que o conjunto dessas manifestações, através das entidades, organizações e outras formas, é essencialmente movido

por um *caráter de classe* e constituem, todas, parte do movimento operário, se o definimos no sentido de Engels, como a rebelião da classe trabalhadora contra a classe capitalista.

Dentre as principais limitações identificadas pelos dirigentes sindicais para a organização e a mobilização dos desempregados, além das questões estruturais já apontadas da relação com o ativo, são citados, principalmente, a dispersão, o desalento e a dificuldade material, pois a necessidade concreta de buscar um emprego, ou de garantir sua sobrevivência material de alguma forma tende a se sobrepor ao engajamento político frente à condição social do desempregado. Não por acaso, grande parte do movimento organizado de desempregados se pauta pela estratégia de obter conquistas concretas imediatas do Estado, inclusive como forma de envolver mais ativistas. No contexto atual, outro fator que limita a ação desses trabalhadores é que a ideologia neoliberal dominante contribui para fomentar o pensamento de que o desemprego é fruto de incapacidade individual, fazendo recair sobre o desempregado a “culpa” por sua situação e impulsionando a busca de saídas individuais para o problema. Parte das estratégias sindicais para envolver os desempregados incorpora elementos dessa ideologia, passando a desenvolver cursos de capacitação profissional a fim de “qualificar” os desempregados para o mercado de trabalho, o que ocorre em grande medida por conta da tentativa dessas entidades em obter mais recursos financeiros (por exemplo, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT).

A relação dos desempregados com a ação sindical também é permeada pelos limites do próprio corporativismo estatal e sua forma de manifestação na estrutura sindical brasileira. Ainda que não seja a causa fundamental da fratura entre ativo e reserva, os critérios oficiais de representatividade dos sindicatos, que excluem a representação dos desempregados, tornam-se empecilhos para que essas entidades superem essa questão e se proponham de fato a representá-los ou envolvê-los diretamente em suas ações. O dilema da representação dos desempregados é imediatamente conflitante com os parâmetros legais da representatividade sindical. Os sindicatos e as centrais são importantes formas de luta da classe trabalhadora, que podem contribuir para a unidade da classe e sua mobilização conjunta. Contudo, assentadas sobre uma estrutura jurídica que as regula, essas entidades tendem a reproduzir a dominação de classe, visto que há restrições à autonomia e à livre associação dos trabalhadores, a exemplo da imposição jurídica da fratura entre o ativo e a reserva. O questionamento da estrutura sindical em sua totalidade, portanto, é parte importante para que a relação entre este segmento e o sindicalismo se dê de forma unitária.⁶

O entendimento de que é de grande importância a unidade entre os desempregados e os trabalhadores em atividade é bem presente entre o conjunto do movimento operário, por mais que isso nem sempre se sustente sobre os conceitos aqui retomados. Os dilemas e as contradições que cruzam a relação do movimento sindical com os desempregados, no entanto, refletem-se em um arco bem variado de estratégias para lidar com a questão, quando há a compreensão de que também é papel do sindicato, ou da central, buscar efetivar essa unidade. Na maioria dos casos, as entidades sindicais assumem que é sua função o combate ao desemprego, levantando bandeiras como a da redução de jornada, o questionamento da política econômica, a reivindicação pela abertura de mais postos de trabalho, mas consideram que não é sua tarefa representar os desempregados ou organizá-los. Outros setores, por sua vez, ainda que também defendam políticas de geração de emprego, acreditam que é necessária a organização dos desempregados no interior das entidades sindicais, através, por exemplo, de comitês de desempregados, ou de instâncias para desenvolver cooperativas e outros

⁶ No caso brasileiro, essas questões são desenvolvidas por Boito Jr. (1991), que identifica na investidura sindical o pilar fundamental do amortecimento da luta de classes proporcionada pela estrutura do sindicalismo de Estado no Brasil.

mecanismos para incorporá-los ou oferecer alguma contenção, buscando superar, assim as limitações dessa relação. Para o movimento de desempregados, a estratégia se assenta mais sobre a reivindicação por proteção social e por demandas urbanas inacessíveis especialmente para a camada mais pobre do exército de reserva. O envolvimento com o ativo por parte de suas organizações se dá principalmente com base nas bandeiras que os unificam (dentre as quais, a da redução da jornada é uma das prioridades) e a partir da construção de atos conjuntos e fóruns que reúnam sindicatos e outras organizações populares.

Sindicalismo e desempregados nos anos 1990 e 2000

Durante a década de 1990, em especial nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a política econômica de juros altos e de sobrevalorização cambial, a flexibilização da legislação trabalhista, as privatizações, a abertura comercial e financeira e os efeitos da reestruturação produtiva são elementos que contribuíram para acentuar o fenômeno do desemprego no Brasil. Apesar de não o caracterizarmos como um dado estritamente objetivo, a ser apreendido e quantificado por metodologia correta, consideramos que o aumento das taxas do desemprego no país e o prolongamento de sua duração (superpopulação relativa consolidada), tal como medidas pelos institutos de pesquisa, são indicativos importantes para uma primeira aproximação ao perfil da reserva no país. Nesse sentido, sua caracterização explicita o terreno em que se deram, no período analisado, as lutas sindicais e a formação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), em 2000, no Rio Grande do Sul. Desse modo, alguns dados referentes à taxa de desemprego total elaborados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Dieese⁷ sugerem como a questão do desemprego foi marcante nestes anos. Para organizar a tabela abaixo, recolhemos os dados relativos às seis regiões metropolitanas abordadas pela pesquisa nos anos iniciais dos mandatos de FHC (1995 e 1999) e de Lula (2003 e 2007) e os últimos dados disponíveis sobre a década de 2000, referentes a 2009:

Taxa de desemprego total em seis Regiões Metropolitanas (1995, 1999, 2003, 2007 e 2009)

	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1995	-*	15,4%	10,7%	-*	-*	13,2%
1999	17,9%	22,1%	19,0%	22,1%	27,7%	19,3%
2003	20,0%	22,9%	16,7%	23,2%	28,0%	19,9%
2007	12,2%	17,7%	12,9%	19,7%	21,7%	14,8%
2009	10,3%	15,8%	11,1%	19,2%	19,4%	13,8%

Fonte: Dieese/Seade (elaboração própria).

*Não há dados disponíveis.

A primeira década dos anos 2000 foi marcada por grandes alterações no cenário político, com fortes impactos sobre o sindicalismo e os movimentos sociais em geral. A eleição de Lula à presidência da república em 2002 simbolizou a efetivação de um projeto em torno do qual se unificou a maior parcela da esquerda brasileira desde o início da década de 80, com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), da CUT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁸. Não por acaso, a campanha eleitoral de Lula envolveu boa parte desses setores e representou expectativa de mudanças na política econômica e social e no tratamento com as entidades, organizações e manifestações da classe

⁷ Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos.

⁸ Ainda que este último, atualmente, apresente críticas às políticas agrárias do governo.

trabalhadora. Já no início de seu mandato, no entanto, o governo Lula manteve aspectos centrais do projeto político neoliberal levado a cabo por FHC, como redução dos gastos sociais, manutenção e incentivo ao pagamento dos juros da dívida pública, forte atrelamento aos organismos financeiros internacionais e políticas sociais compensatórias como o Bolsa-Família e o programa Fome Zero. Logo em 2003, o governo federal aprovou um projeto que causou grande impacto sobre os direitos sociais e também divisões nos movimentos populares e no próprio Partido dos Trabalhadores: a Reforma da Previdência, que, dentre outras medidas, aumentou a idade mínima para a aposentadoria e abriu mais espaço para os fundos de pensão privados. Ao longo de seus dois mandatos, Lula aplicou outras políticas que interferiam na organização dos trabalhadores, como a Reforma Sindical, que manteve o imposto e a unicidade sindical, legalizou as centrais sindicais, estimulou que as cúpulas das centrais tivessem mais autonomia sobre as bases, e a partir da “lei das greves”, que instituiu mecanismos para que seja mais simples considerá-las ilegais⁹.

O processo de implementação dessas reformas, no entanto, foi acompanhado por maior acomodação das principais centrais às políticas do governo federal, que discutiram e negociaram grande parte dessas medidas em fóruns tripartites com o governo e representações empresariais, como o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e o Fórum Nacional da Previdência Social. A CUT passa do campo da oposição, no qual se encontrava durante o período FHC, para a adesão ao governo Lula, diminuindo ainda mais suas diferenciações com sua principal adversária, a Força Sindical (FS). As organizações populares, como um todo, vivem grandes processos de conflito em relação ao apoio, à crítica ou ao embate frente ao governo Lula, cujos programas focalizados atingem parte da base destes movimentos. O fortalecimento do agronegócio e os poucos assentamentos e desapropriações da Reforma Agrária também acentuam a dificuldade de caracterização do governo Lula e do PT por parte destes movimentos, que sempre os consideraram como aliados desta luta.

É importante ressaltar que durante grande parte dos mandatos de Lula, as taxas de desemprego total diminuíram¹⁰. Além destes dados estatísticos, em especial os programas compensatórios do governo e o próprio elemento subjetivo que remete à origem de classe do PT e de Lula levaram à defesa deste governo por parte da base dos trabalhadores, o que se manifesta em seu alto índice de aprovação. Nas direções dos movimentos e das centrais, essa questão também teve reflexos, sendo um balizador da localização dos sindicatos e dos movimentos na conjuntura.

Diante desse quadro, setores minoritários do movimento sindical e dos movimentos populares passam a romper com o governo e com as organizações a este ligadas, como o PT e a CUT, e a fazer oposição. Assim, observamos nesta década o desenrolar de um processo, ainda que bem inicial, chamado por alguns setores de “reorganização sindical e popular”, com a conformação de novas entidades, como o PSOL, a Conlutas, a Intersindical e o Fórum Nacional de Mobilização – que recolocam diversos questionamentos em pauta, inclusive sobre como fortalecer a organização conjunta dos sindicatos com os movimentos populares. Também no campo governista, principalmente no âmbito sindical, há uma pulverização de novas centrais, como a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

CUT e Força Sindical

Ao longo dos anos 90 as formas de luta da reserva no Brasil tiveram como principais protagonistas os proletários camponeses organizados pela posse da terra, especialmente no

⁹ Para saber mais sobre o conteúdo das Reformas Sindical e da Previdência no governo Lula, ver Galvão (2007).

¹⁰ Ver tabela acima.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).¹¹ Em grandes centros urbanos como São Paulo, também se observa um movimento de proletários pobres organizados pela moradia, como no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).¹² Estas organizações têm sua base composta especialmente pela camada pauperizada (ou em processo de pauperização) da superpopulação relativa para as necessidades imediatas do capital em suas diferentes parcelas (flutuante, latente e estagnada), tanto de seu segmento subempregado como desempregado. No entanto, não houve no Brasil, em sentido estrito, um movimento de desempregados que os aglutinasse a partir dessa construção identitária.¹³ Quais foram as políticas sindicais para essa fração da classe trabalhadora? Nosso argumento é de que as ações e representações específicas sobre o desemprego e os desempregados feitas pelas principais centrais do país naquele momento, CUT e FS, foram ao mesmo tempo o resultado e o motor das transformações mais gerais de sua ideologia político-sindical.

Nos anos 90, o cenário sindical brasileiro foi marcado, inicialmente, pelo relativo abandono do “sindicalismo classista” praticado pela CUT na década de 1980. A ala hegemônica da central consolidou uma estratégia de “sindicalismo propositivo” e, em seguida, aderiu ao conceito de “sindicalismo cidadão” (Galvão, 2002), baseado essencialmente na prestação de serviços e na organização dos trabalhadores em cooperativas. A Força Sindical surge em 1991 com uma proposta de sindicalismo “de resultados”, baseada na noção de parceria entre capital e trabalho. Naquele momento, a central defende aspectos centrais do neoliberalismo, ainda que a adesão a esta ideologia não tenha sido incondicional entre os dirigentes, nem mesmo unânime na base. Segundo Trópia (2002), a Força Sindical também pratica um sindicalismo de negócios e assistencialista, mas reivindicativo em relação às conquistas materiais, especialmente em salários.¹⁴ Durante sua trajetória, ambas as centrais aderem à concepção de sindicalismo solidário e de serviços, que oferecem não só para os sócios, mas para os “cidadãos” de maneira geral.

É importante considerar, inicialmente, que a relativa perda de espaço da perspectiva classista e combativa no sindicalismo brasileiro não significou a inexistência de protestos contra as demissões e de ações conjuntas entre sindicatos e trabalhadores demitidos. Ambas as centrais defenderam a redução da jornada de trabalho, embora seus principais sindicatos tenham concretizado negociações que previam flexibilização e perdas salariais, supostamente para “evitar” ou “amenizar” a eliminação de postos de trabalho. Estes acordos foram feitos sob o clima de entendimento e colaboração que ganhou força nessas centrais a partir de sua participação em diversas instâncias de negociação tripartite com governos e empresários.

Ainda que os desempregados não tenham sido mobilizados para a luta organicamente pelas centrais, estas investiram na representação de seus interesses. As duas entidades aderiram ao discurso de “empregabilidade”, de modo parcial e encoberto, no caso da CUT, de maneira hegemônica e declarada, por parte da FS. Nesse sentido, passam a investir em cursos de requalificação profissional e políticas de intermediação do emprego da força de trabalho, exercendo a função de gestão direta de recursos públicos, advindos especialmente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Foi esta política que marcou o fortalecimento do propositivismo, e do “sindicalismo de serviços” praticado por essas centrais (Zarpelon, 2002). O auge desse processo se deu com a criação do Centro de Solidariedade ao Trabalhador

¹¹ Apesar de se tratar de um movimento predominantemente de trabalhadores rurais, esta organização também recrutou, nesse período, trabalhadores urbanos desempregados, tal como demonstra a pesquisa de Coletti (2005).

¹² Ver, nesta coletânea, o trabalho sobre este tema.

¹³ Um das poucas organizações de desempregados desse período foi o Movimento Contra o Desemprego de Campinas (MCDCC). Sobre este caso, ver Souza (2005).

¹⁴ A posição de ambas as centrais diante do neoliberalismo foi estudada por Boito Jr. (1999).

(CST), pela FS, em 1998, e da Central de Trabalho e Renda (CTR), pela CUT, em 1999. No caso cutista, verifica-se a partir desse período, uma tendência a investir crescentemente na organização dos desempregados para a produção e o consumo através do cooperativismo, o que levou a central a criar, em 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Este tipo de política não esteve ausente do horizonte da FS, mas, nesse campo, há diferenças substanciais entre as entidades. Enquanto a FS investe mais no campo do cooperativismo de consumo e micro-empresendimentos, a CUT, além desses, leva a cabo também experiências de cooperativas de autogestão. A FS justifica esta prática com base no argumento da criação de alternativa de emprego e renda. Na CUT, além dessa justificativa, faz-se presente ainda a noção de “economia solidária”, reivindicada como uma bandeira do movimento socialista. Nesse período, a ação conjunta entre o movimento sindical e os desempregados esteve restrita à aliança da CUT com as organizações populares que organizavam a reserva, como o MST. No entanto, a central não incorporou os desempregados a sua estrutura organizativa. Com base nessas referências iniciais, proporemos uma periodização para pensar como se expressou a ideologia político-sindical na relação da CUT e a FS com os desempregados nos anos 1990 e 2000.¹⁵

- De 1990 a 1992, o sindicalismo brasileiro se caracterizou pela resistência às demissões em alguns sindicatos e afirmação das principais bandeiras cutistas para enfrentar o desemprego (redução da jornada de trabalho e reforma agrária), mas também pela gestação do propositivismo nas negociações pelo emprego, tanto por parte da CUT quanto da nascente FS.

- De 1992 a 1995, consolida-se o caráter propositivo na CUT, ainda que sem o abandono de mobilizações reivindicativas. A FS cumpre um papel ativo na proposição de políticas neoliberais. Sob a bandeira da “modernização das relações de trabalho”, defende as privatizações e a abertura às importações. A CUT combateu constantemente essas medidas. Ambas as centrais passam a buscar espaços institucionais tripartites onde se discute o emprego, mas não investem na representação dos interesses dos desempregados. Nesse momento, predomina em seus sindicatos o discurso de “evitar as demissões” a partir de acordos que, supostamente, “todas as partes cediam e todos lucravam”. Grosso modo, a prática consagrada pelas entidades pode ser resumida na seguinte fórmula: os trabalhadores tinham jornada e salários reduzidos, mas não perdiam o emprego; o governo diminuía os impostos, mas aumentava a arrecadação com o crescimento do consumo; os empresários não demitiam, mas ganhavam com a diminuição do preço e aumento das vendas de seus produtos.

- De 1995 a 1999, as centrais passam a investir no oferecimento de serviços aos desempregados, através da política de requalificação profissional e intermediação de emprego da força de trabalho, que ganha impulso a partir da participação das centrais no Conselho Deliberativo do FAT (Codefat). Ainda que ambas tenham levantado bandeiras em conjunto contra o desemprego, tal como na greve geral de 1996, cresce no interior das entidades o discurso de “empregabilidade”. No caso da CUT, esta aparece ofuscada pelas noções de democratização da gestão de recursos públicos e “disputa de hegemonia” das idéias dos trabalhadores. Também contribui para seu ocultamento a defesa da metodologia paulofreiriana feita por suas escolas sindicais, que se contraporia ao “adestramento” do sistema “S”, especialmente do Senai, propondo um projeto “global e emancipador” através do “exercício de uma concepção radical de cidadania”, noções presentes desde o 5º Congresso Nacional (CUT, 1994, p. 103). No entanto, embora no discurso a central tenha combatido a ideologia da empregabilidade, esta se expressa em sua ideologia prática, tal como expressa, de maneira ambígua, nas resoluções de sua 7ª Plenária Nacional:

¹⁵ Esta periodização foi inspirada no trabalho de Galvão (2002) sobre a CUT.

Denunciando a falácia ideológica, veiculada no discurso de setores governamentais e empresariais, de resolver o problema do desemprego através da educação e do ensino profissional, reafirmamos nossa posição quanto à sua importância na formação dos trabalhadores aptos a enfrentarem técnica e politicamente a reconversão produtiva (CUT, 1995, p. 28).¹⁶

A FS, desde sua criação, adere a esta ideologia neoliberal, apresentando de maneira pioneira no cenário sindical a proposta de requalificação do trabalhador que “não atende às necessidades do mercado”. Segundo o argumento da entidade, “A implantação de novas tecnologias deverá ser acompanhada por um processo em larga escala de reciclagem de mão-de-obra, como forma de evitar a falta de capacitação profissional e o conseqüente desemprego”.¹⁷ Em todo o período analisado, este discurso é predominante no interior da central, que chegou a promover cursos sobre o tema, anunciado pela entidade da seguinte forma: “Centro cria curso de empregabilidade, para ensinar ao trabalhador os atalhos para chegar ao emprego: o maior deles é superar o medo e o derrotismo”. Estes cursos, ministrados por psicólogas especialistas em “recrutamento e seleção de pessoal” e “recursos humanos”, abordam temáticas como “preparação para entrevistas de emprego, para as dinâmicas de grupo, sobre como montar currículos, marketing pessoal, vocabulário, confiança, vestimentas e, finalmente, motivação”. A mensagem veiculada nesses eventos é a seguinte: “(...) não adianta querer vencer o desemprego na base do desespero, só batendo de porta em porta. É preciso preparação. Isso se chama empregabilidade”. A central argumenta ainda que “A crise não é só do emprego, é também da cabeça das pessoas, de treinamento, de preparo”. Segundo uma das ministrantes do curso, “Tem de correr atrás. Há muitos cursos e palestras gratuitos ou baratos em São Paulo, e muitos não vão por comodismo. Não estão acostumados a buscar conhecimento”.¹⁸

É importante notar que a bandeira pela “inclusão” dos desempregados no mercado de trabalho não necessariamente os afasta das formas e instrumentos de luta, mas contribui para que apenas o trabalhador em atividade seja considerado como sujeito político. Assim, dissemina-se a idéia de que é preciso “incluir” o desempregado no mercado de trabalho para que seja possível organizá-lo e mobilizá-lo. Além disso, o discurso focado na empregabilidade e na qualificação profissional abre caminho para que se atribua o desemprego a incapacidades individuais e não à própria dinâmica do modo de produção capitalista.

- De 1999 a 2002, consolida-se o “sindicalismo cidadão” nas duas centrais, o que leva ambas a organizarem os desempregados para a atividade econômica. Essa prática tem tido maior peso na CUT e é justificada pela central por sua necessidade de dar uma resposta à representação dos desempregados:

Diante do aumento do desemprego e da informalidade, os sindicatos cutistas não podem se manter numa posição de omissão na qual a última relação que tem com os trabalhadores desempregados é a homologação da rescisão do contrato de trabalho. A “economia solidária” tem se apresentado como uma nova forma de se constituir alternativa de luta contra o desemprego e diálogo concreto com os desempregados e demais setores marginalizados pelas grandes cadeias produtivas (CUT, 2000, p. 33).

A criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) foi justificada da seguinte forma pela central:

¹⁶ Mais adiante a central afirma que: “A requalificação profissional é um serviço de fundamental importância no quadro atual, em particular para os atingidos por desemprego decorrente de alguma modernização tecnológica” (CUT, 1995, pp. 34-35).

¹⁷ “Os princípios da Força”. *Revista da Força Sindical*, Ano 1, n. 1, jun. 1991, p. 43.

¹⁸ “O emprego visto por outro ângulo”. *Revista Solidariedade*, Ano 1, n. 1, dezembro de 2002, pp. 10-11.

(...) [A ADS] foi criada com a missão de promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores e inseridos num processo de desenvolvimento sustentável e solidário. A ADS está organizando complexos cooperativos em todo o país, com políticas de formação, assessoria na gestão, comercialização e desenvolvimento tecnológico e está organizando um Sistema Nacional de Crédito (CUT, 2002, pp. 90-91).

Na FS também aparecem experiências de cooperativas, mas que apontam, por um lado, para uma estratégia de alternativas de emprego e renda através de micro-empresendimentos, e por outro, para o oferecimento de serviços aos sindicalizados (cooperativas de crédito, habitação popular, etc.).¹⁹ Também se caracteriza por seu crescente investimento em “projetos cidadãos” (que vão desde a assistência a crianças ex-moradoras de rua e restaurantes comunitários à expansão dos centros de atendimento integrado aos desempregados). Ao longo do período estudado, a central adere ao conceito de sindicalismo solidário, tal como demonstram os argumentos da direção executiva estadual de São Paulo: “O sindicalismo moderno assume novas formas e, sem abandonar a defesa dos trabalhadores, investe em projetos sociais, cria alternativas de emprego e renda para famílias e, em muitos locais, substitui a ação que deveria ser do Estado”.²⁰

Em 2003, já durante o governo de Lula, o Ministério do Trabalho decide municipalizar os centros de atendimento integrado aos desempregados. A FS segue investindo nesses órgãos através de parceria com as prefeituras, e seus sindicatos continuam buscando financiamento de recursos públicos para implementar cursos de qualificação. A CUT amplia as experiências de “economia solidária”, que atualmente aglutina milhares de cooperados em todo o Brasil. Veremos a seguir como os dirigentes de ambas centrais explicam suas práticas.

Os dirigentes cutistas tendem a justificar a ausência de organização dos desempregados na central pelas características próprias deste segmento, que não favoreceriam a mobilização. Primeiramente, afirmam que se trata de um segmento cuja dispersão e rotatividade não permitem a construção de uma organização estável. Sustentam ainda que, entre os desempregados, predomina o individualismo e a competitividade, já que entre eles o companheiro seria visto como um potencial concorrente em uma vaga de emprego. Argumentam sobre a sazonalidade do desemprego e a imbricação entre este e o trabalho informal, que acaba sendo uma alternativa diante da falta de perspectiva. Assim, a situação material precária e a necessidade de buscar emprego, realizar algum “bico” ou trabalhar como ambulante não incitariam os desempregados à mobilização. Também contribuiria para a ausência de sua organização a situação emocional destes trabalhadores, marcada pela desmotivação, o desalento, a perda do laço coletivo, o desespero por conta do risco de pauperização e a baixa auto-estima. Está presente também a justificativa da descrença do

¹⁹ Consolida também na central a perspectiva de sindicalismo “alegre e festivo” (como nos espetáculos musicais e premiações do Primeiro de Maio), e um “sindicalismo de auto-ajuda”, que dá um novo impulso ao discurso de “empregabilidade” através de conceitos como “marketing pessoal” na busca do emprego, especialmente através das palestras de motivação que a central promove através dos funcionários de seu departamento de “recursos humanos”.

²⁰ “De corpo e alma com a comunidade”. *Forçasp*, Revista da Força Sindical de São Paulo, Ano 1, n. 1, dezembro de 2000, pp. 11-13. Entre os projetos da FS estão o Sindicato Criança, para “atender adolescentes em situação de risco social, de 14 a 17 anos, oferecendo cursos profissionalizantes”, lançado em agosto de 1995, o Projeto Eremim, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em setembro de 1999, voltada para crianças de 7 a 14 anos, que participam de “atividades pedagógicas de reforço escolar”, e para jovens de 15 a 21 anos, que recebem aulas de qualificação profissional, o projeto Meu Guri, do SMSP. No campo do cooperativismo, encontra-se nucleado na central a cooperativa habitacional do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, a Coopehat, que atua em âmbito nacional, os 122 cursos do CST, e o Apodi, um projeto de assentamento, irrigação e produção agrícola, no Rio Grande do Norte, que envolve 30 trabalhadores.

desempregado na eficácia da luta e a incapacidade sindical de resolver o problema do desemprego, que seria um atributo dos governos. Alguns argumentam sobre o excesso de demandas sindicais, mas afirmam que a falta de uma militância prévia e uma cultura de organização joga contra os trabalhadores sem emprego. Sustentam também que, na base, os interesses entre empregados e desempregados podem ser conciliados, mas que se trata de protestos de natureza diferente, tal como afirma um dirigente de uma confederação nacional: “(...) *as lutas são totalmente diferentes porque o empregado está lutando para manter o emprego, para garantir o seu salário e o seu sustento. O desempregado vai lutar em prol de política pública e assistência (...)*” (Waldemar de Oliveira). Nesse sentido, uma entrevistada do setor bancário chega a afirmar que os interesses entre estes são “conflitantes”:

Mesmo com o quadro de demissão, em qualquer categoria existem trabalhadores que estão lá que não foram demitidos. Então, o Sindicato (...) tem que fazer uma política que tanto pense em conter as demissões, ou em reverter as demissões (e reverter é difícil no Brasil), mas em conter as demissões, mas ele também tem que fazer uma política sindical e não vai poder fazer, mesmo nos períodos mais difíceis de demissão, ele vai ter que usar uma política para quem está na ativa e quem está na ativa normalmente fica mais sobrecarregado porque num processo de demissão, de enxugamento, reengenharia, (...) você deixou tarefas daquelas pessoas (...) acaba sempre aquela pessoa que fica, ficando com uma sobrecarga de trabalho frente àquele outro que saiu. Então o Sindicato tem de olhar para aquele trabalhador que continua ali, isto é, (...) ele tem que lutar pela manutenção do emprego, tem que cuidar dos desempregados, tem que para fazer o protesto, tem que dar uma boa assistência para quem está saindo, mas vai ter que também olhar para este trabalhador que ficou ali porque ele ainda tem as demandas dele, porque ele pensa assim: “eu fiquei, eu estou ficando, os outros estão saindo, mas eu estou ficando, e nesta situação eu vou querer que as minhas condições de trabalho sejam também observadas pelo Sindicato, meu salário vai ter que aumentar, porque aumentou o meu trabalho, a minha jornada” (...) (Ana Tércia Sanches, Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região).

Ainda que no discurso tenha considerado a mobilização política dessa fração da classe trabalhadora, a CUT não desempenhou um papel ativo nesse sentido, contrariando seus próprios princípios de representante classista dos trabalhadores. Investiu, ao contrário, em políticas compensatórias para os desempregados como forma de representação de seus interesses, primeiramente, no oferecimento de serviços, e em seguida, em sua organização para a atividade econômica de produção e consumo. A CUT participa da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), a partir dos anos 2000, da qual fazem parte organizações populares cuja base social está composta especialmente por desempregados pobres. Tal como argumenta um membro da executiva nacional da central:

(...) no Brasil, há uma militância muito grande dos desempregados (...) [que] foram canalizados para outros movimentos sociais (...) eu acho que aqui na CUT dificilmente nós teríamos (...) na nossa Central sindical a possibilidade de abrir os estatutos da CUT e aceitar a filiação individualizada dos desempregados. O que nós temos que fazer, e é isso que a CUT faz, é estimular (...) que o Sindicato tenha Comitês de desempregados, que nós façamos articulações políticas com os movimentos sociais, e isso nós fazemos. A CUT é a principal organizadora do Fórum Social Mundial que organiza (...) um conjunto de movimentos sociais, e muitos destes movimentos sociais tem militância muito forte no setor de desempregados, seja através das pastorais sociais da Igreja (...), movimentos de moradia... (João Antônio Felício, Direção Nacional da CUT).

No entanto, o que nos parece fundamental incorporar à análise é a maneira como o discurso cutista sobre esta temática atesta sua posição ambígua com relação à estrutura sindical. Por um lado, destaca que a falta de interesse no desempregado se deve a uma cultura de representar o empregado formal, que paga o imposto, vota nas eleições sindicais e é um potencial filiado. Parece prevalecer na central, portanto, a reprodução da ideologia jurídica de que, afinal, o sindicato é uma instituição de representação da categoria profissional, ou do ramo de atividade. No entanto, quando questionados sobre seu acomodamento ao sindicato

oficial, os dirigentes não o relacionam diretamente com a prática corporativista de não investir na representação dos desempregados, tal como afirma o atual presidente da central:

Eu acho que tem pouca relação, esta questão da estrutura sindical, da acomodação das entidades sindicais, da estrutura sindical oficial com esta relação da organização dos desempregados. Não é que não tem nenhuma relação. (...) eu acho que é um limitador, a existência, mas no caso da central sindical há a possibilidade de você construir uma estrutura que vai além desta questão que está colocada hoje na CLT (...) a Central sindical será reconhecida para debater assuntos de interesses gerais da classe trabalhadora, o desempregado é classe trabalhadora, e, portanto, nós estamos aqui para discutir assuntos de interesse geral, inclusive dos desempregados. (Artur Henrique dos Santos, Presidente nacional da CUT).

No caso da FS, a ação conjunta com os desempregados não foi contemplada, já que esta central considera que a organização dos desempregados se restringe à representação de seus interesses parciais imediatos através do assistencialismo. A entidade não nega a importância de se organizar os desempregados, mas simplesmente não o prioriza. Avalia que o oferecimento de serviços é uma forma de ruptura com o corporativismo, e não visualiza outra:

(...) depois que foi instituído (*sic*) os cursos de qualificação profissional, todos os sindicatos acabaram fazendo, construído esta prestação de serviço no sentido de ter um local aonde ele [o desempregado] pudesse buscar um novo emprego, aonde ele pudesse se inscrever para a qualificação, onde o pagamento do seguro desemprego era dado nestes locais e estes locais normalmente eram ligados ao sindicato, nós acabamos melhorando esta tarefa de mobilização e de prestação de serviço, digamos assim, para o desempregado (João Carlos Gonçalves, Direção Nacional da Força Sindical).

Nesse sentido, o que prevalece entre os dirigentes é o discurso da empregabilidade, tal como argumenta um membro da direção nacional da entidade e atual coordenador do Centro de Solidariedade ao Trabalhador:

(...) [Nossa] bandeira número um é a empregabilidade. Um país não cresce, pelo menos a Força Sindical entende assim, um país não vai crescer com um número gigantesco ou com a imensidão de cidadãos desempregados (...) Muitos dos cidadãos que vem ou das cidadãs que vem ao centro, às vezes, infelizmente ele volta frustrado porque a capacidade intelectual dele não atinge as exigências que a empresa faz. Isso para nós é muito frustrante e às vezes ele volta, e tem a vaga, e ele não tem habilitação profissional para ocupar aquela vaga. Para nós é frustrante. (Geraldino dos Santos, Direção Nacional da Força Sindical).

A respeito da organização dos desempregados para a luta, os sindicalistas da FS, e especialmente os da CUT, apegam-se ao argumento de que a primeira política de representação dos desempregados é a defesa dos postos de trabalho e a bandeira de geração de emprego, o que é feito pelas entidades sindicais. Como afirma um membro da executiva nacional da CUT, *“A gente dizia nos anos 90: a política da CUT para os excluídos é incluí-los no mercado formal de trabalho. Porque não dá futuro para ninguém você continuar sendo excluído para o resto da vida, ficar defendendo a sua condição de excluído”* (Júlio Turra, Direção Nacional da CUT). É este tipo de justificativa que permite aos dirigentes convocar inúmeros protestos contra o desemprego sem a presença dos maiores interessados: os desempregados.

Intersindical e Conlutas

As iniciativas de construção da Intersindical e da Conlutas partem de uma análise de conjuntura de alguns setores do sindicalismo cutista que aponta para dois pontos fundamentais: 1) uma caracterização do governo Lula enquanto neoliberal e impulsionador do processo de retirada de direitos dos trabalhadores; 2) o entendimento de que a CUT se perdeu como instrumento de luta e resistência dos trabalhadores, haja visto o processo de

burocratização, a falta de democracia interna e a perda da autonomia frente ao governo e aos padrões na central.

A Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) foi formada em março de 2004, a partir do Encontro Nacional Sindical realizado em Luziânia-GO, após o rompimento de alguns setores com a CUT. As principais organizações articuladoras da Conlutas são o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e setores ligados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e a algumas correntes do PSOL. A criação da Coordenação se deu em maio de 2006, com a realização do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), em Sumaré-SP. Neste encontro, foram definidos a composição e o modo de funcionamento da entidade, que, além de sindicatos, envolveu também oposições sindicais, movimento estudantil, movimentos de combate às opressões e movimentos populares, como o MTST, o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), o Movimento Avançando Sindical (MAS) e a Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute). Segundo o estatuto e outros materiais da Conlutas, o envolvimento desses setores, incluindo desempregados e outras formas de organização além dos sindicatos, tem o sentido de fortalecer a resistência e de conferir “um caráter classista a essas mobilizações [protagonizadas pelos setores acima citados]”²¹. A Conlutas teve seu primeiro Congresso em junho de 2008, em Betim-MG, momento em que o formato e os princípios fundantes dessa central foram reafirmados, embora com questionamentos que impulsionaram a saída de alguns setores como o MTL e o MAS.

A Intersindical surgiu em 2006 após o 9º Congresso da CUT (Concut), mas como uma agremiação de sindicatos de oposição ao governo Lula, que não necessariamente haviam rompido com a CUT. A proposta da Intersindical, levada a frente pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região e por agrupamentos como a Alternativa Sindical Socialista (ASS) e sindicalistas ligados ao PCB e correntes do PSOL, diferencia-se da Conlutas em dois aspectos principais. Primeiramente, o fato de envolver sindicatos ainda vinculados à CUT, sob a justificativa de respeitar o tempo e a dinâmica da classe trabalhadora e de primar pela unidade daqueles que se colocam na oposição de esquerda ao governo e à direção da central. Em segundo lugar, na questão de abarcar apenas os trabalhadores organizados em sindicatos, com a finalidade de “resguardar o caráter classista” dessa organização.

Tanto a Conlutas como a Intersindical elencam críticas à CUT e à FS a partir de concepções políticas e organizativas centrais comuns, o que as colocam em uma condição de debater um processo de aproximação maior. Dentre os pontos consensuais de crítica à CUT e à FS, destacamos aqueles relativos à estrutura sindical. Para os dois agrupamentos, um elemento impulsionador do processo de acomodação da CUT e de outras centrais ao governo e a elementos da ideologia neoliberal foi o atrelamento destas à estrutura sindical, ou mais especificamente, à unicidade e ao imposto sindical. Para Raildo Neves, metalúrgico de Campinas que representa a Conlutas, essa questão seria um entrave para que a CUT conseguisse organizar os desempregados. A devolução do imposto sindical por parte dos sindicatos ligados à Conlutas e à Intersindical seria um passo no sentido de avançar na unidade do ativo com a reserva, visto que não amarraria a representação sindical a uma contribuição financeira compulsória. Ainda que esta formulação guarde contradições, tendo em vista a necessidade de se fazer uma crítica mais profunda à investidura sindical como um todo, para além da questão do imposto sindical e da unicidade, e considerando que Conlutas e Intersindical ainda continuam dependentes financeiramente das contribuições com desconto

²¹ “História – Conheça a Conlutas”. Conlutas. Disponível em: <http://www.conlutas.org.br/historia.asp>. Acesso em 18/11/2009.

em folha de pagamento, como no caso da taxa negocial, essas posições políticas se mostram como um avanço na organização autônoma dos trabalhadores e no questionamento da estrutura sindical, que historicamente coloca entraves ao sindicalismo brasileiro e à própria unidade do ativo com a reserva. Ainda com relação à estrutura sindical e também à falta de autonomia, as minoritárias Conlutas e Intersindical criticam a estratégia de negociação das reformas nas legislações trabalhista e sindical em fóruns institucionais tripartites, compostos pelo governo, pelo patronato e pelas centrais majoritárias. Apesar da aparência de democracia e de disposição para o diálogo por parte do governo perante as representações dos trabalhadores, para os agrupamentos oposicionistas esta estratégia acaba por fortalecer um espaço de cooptação das lideranças sindicais, por disseminar ilusões quanto às possibilidades de disputa do governo, do Estado e até do patronato e por legitimar a própria estrutura sindical e mais uma série de medidas de flexibilização dos direitos dos trabalhadores – a exemplo da reforma da previdência de 2003 e da reforma sindical, que instituiu a “lei de greve”, reforçou critérios legais de representatividade dos sindicatos e centrais (que continuam excluindo legalmente os desempregados de representação), impôs a premissa do “negociado sobre o legislado” e reafirmou o imposto sindical obrigatório.

Deve-se ressaltar também a problematização por parte da Intersindical e Conlutas com relação ao discurso da “empregabilidade” e à estratégia voltada para o oferecimento de serviços, desempenhada principalmente pela FS. Para ambas, essas práticas corroboram elementos da ideologia dominante, que atribuem ao indivíduo a “culpa” pela sua condição de desemprego, na medida em que o trabalhador que se encontra nesta situação estaria particularmente inadequado aos níveis de qualificação e ao perfil exigido pelo mercado de trabalho.

Outra crítica elaborada pela Intersindical e pela Conlutas à prática cutista diz respeito à estratégia da CUT e da FS quando há ameaça de demissões em massa. Para estas últimas, nesse caso, privilegiar-se-ia a recorrência aos instrumentos jurídicos para evitar demissões e a negociação com os patrões sobre os direitos dos trabalhadores demitidos. Segundo a Conlutas, a mobilização direta dos trabalhadores deve se sobrepor a qualquer negociação para impedir que as demissões se efetivem ou para que sejam revistas, através, por exemplo, da paralisação da produção da fábrica. No ano de 2009, mais de quatro mil demissões ocorreram na Embraer, cuja base de trabalhadores é representada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. A Conlutas se propôs a mobilizar os trabalhadores para questionar a medida e também moveu uma ação, em conjunto com a Força Sindical, contra a empresa para reverter o processo. No entanto, após a sentença de manutenção das demissões emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), a ausência de uma política concreta para organizar de forma unitária os trabalhadores em atividade e os recém demitidos permaneceu como uma grande dificuldade, mesmo a despeito das críticas endereçadas às táticas das centrais rivais.

A avaliação compartilhada por Intersindical e Conlutas de que o setor de oposição de esquerda ao governo Lula está muito enfraquecido e fragmentado e, por isso, não tem dado conta de fazer um movimento forte de resistência às políticas que têm sido apresentadas para os trabalhadores, levou ao projeto de iniciar a construção de uma nova central, que englobasse os setores que participam da Intersindical, da Conlutas e todos aqueles que se colocam nesse campo político. Esse projeto, no entanto, não se concretiza sem contradições e divergências. No Encontro Nacional da Intersindical de 2007, realizado em São Paulo, as diferenças em torno de se construir ou não uma nova central neste momento provocou grande tensão e levou a uma divisão dentro da própria organização. O Encontro acabou por deliberar duas resoluções diferentes sobre o tema e abriu espaço para que houvesse duas Intersindicais, com instrumentos de comunicação, estrutura e fóruns próprios.

Nos Encontros e Seminários da Unificação ocorridos em abril e novembro de 2009, que reuniram também setores como o MAS, o MTL, a Pastoral Operária e o MTST (que continua compondo a Conlutas), os principais pontos de divergência se deram na formulação sobre o caráter, a composição e o funcionamento dessa nova central. Inicialmente, essa polêmica se expressava na polarização “central sindical” versus “central sindical e popular”. Enquanto para a Intersindical, a central deveria organizar “o mundo do trabalho”, envolvendo principalmente os sindicatos e outras associações com clara delimitação de trabalhadores, para a Conlutas, o MTL e o MTST, à nova entidade caberia envolver também os movimentos populares. De acordo com os dirigentes da Intersindical, a nova central deve ser um espaço de auto-organização dos trabalhadores; para reafirmar a necessidade de unidade com outros setores, propõem a construção de um Fórum Nacional de Mobilização, à semelhança do que houve em 2007. Para os dirigentes da Conlutas, a construção de uma central sindical, popular e estudantil, que agregue de modo orgânico todas as formas de organização dos trabalhadores, em atividade ou da reserva, os estudantes e todos aqueles que se solidarizam com a luta da classe trabalhadora seria a chave para se fortalecer a unidade desses setores.

O debate entre esses agrupamentos permitiu que os sindicatos deixassem de ser considerados a única forma de organização dos trabalhadores - o que abre mais espaço para que o exército de reserva seja tomado, de fato, como parte da classe trabalhadora, ainda que com dinâmica e modo de organização diferente, e que se enfatize a importância e a necessidade da unidade entre o ativo e a reserva. Assim, a proposta, atualmente consensual, de que a nova central envolva também os movimentos populares vem sendo anunciada como um caminho para a superação do corporativismo, da política cutista e da organização fracionada entre o ativo e a reserva. Há diferenças, no entanto, sobre o que se caracteriza como movimento popular (se qualquer movimento de bairro ou cultural, por exemplo), e como será seu modo de participação na direção da central (se com pesos diferentes ou na mesma proporção)²². Os impasses serão resolvidos em um Congresso no primeiro semestre de 2010, após uma rodada de consulta às bases dos sindicatos e movimentos sobre a questão. Até lá, o último “Seminário da Reorganização” encaminhou uma direção provisória, conformada por todos os agrupamentos e na qual o movimento estudantil tem direito a um assento com voz, mas não a voto.

Cabe aqui problematizarmos a chamada discussão de concepção que emergiu sobre a questão do caráter da nova entidade. A preocupação com a organização dos desempregados em conjunto com os trabalhadores em atividade, é bem presente no discurso e no programa das organizações envolvidas nesse processo²³, contudo as proposições políticas efetivas para

²² Outro grande ponto polêmico desse processo se desenvolveu sobre a incorporação ou não do movimento estudantil na nova central. Sobre isso, a Intersindical, o MTST e o MAS continuam reafirmando a concepção de central ‘dos trabalhadores’, auto-organizada por estes (estejam em sindicatos ou movimentos populares com delimitação clara de classe), enquanto Conlutas e MTL defendem que a nova central seja também espaço de organização de estudantes e movimentos diversos, a exemplo do atual modo de funcionamento da Conlutas.

²³ Segundo o Estatuto da Conlutas, “A CONLUTAS busca agrupar em seu interior os trabalhadores organizados nos sindicatos, os desempregados, os aposentados, os trabalhadores que se organizam nos diferentes movimentos populares e sociais da cidade e do campo, as organizações e movimentos que lutam contra toda forma de discriminação e opressão, as organizações estudantis, as da juventude e outras afins, que decidirem participar das lutas da classe trabalhadora”. Na contribuição da Intersindical ao “Seminário da Reorganização” de novembro de 2009, “Para a INTERSINDICAL, na construção dessa central devemos nos colocar o desafio político de articular a diversidade do mundo do trabalho em seu conjunto, com política de organização para os que hoje estão na terceirização, nos falsos-estágios, nas falsas cooperativas de mão-de-obra ou aquelas que emitem nota fiscal de serviços quando deveriam ter um contrato formal de trabalho. Todos esses setores da nossa classe e mesmo os que se encontram no desemprego ou subemprego, como os chamados camelôs, ambulantes, perueiros, chapas,

organizar esse segmento para a luta são frágeis. Desse modo, ainda que seja argumento para justificar a organização de sindicatos e movimentos populares em uma mesma entidade, a questão específica de como envolver os desempregados nas mobilizações, quais os limites e dificuldades dessa perspectiva, quais os desafios a serem superados nesse âmbito, tem sido pouco desenvolvida no processo de unificação e na prática dessas organizações. A partir disso, é possível levantar alguns questionamentos importantes: 1) o formato proposto para a central dá conta de organizar os desempregados na base?; 2) o formato como a Conlutas se organiza, que já funciona num modelo que reúne sindicatos e movimentos populares, tem avançado na organização dos desempregados?; 3) a formulação da central que visa representar setores para além dos sindicatos se encaixa estrita e fundamentalmente numa discussão de concepção sobre a classe trabalhadora e suas formas de organização e expressão ou diz respeito também a um modo de ampliar a base de representação e de disputa das organizações políticas que tem se colocado à frente do processo?

Para a Intersindical e a Conlutas, a representação dos desempregados passa pelo levantamento de bandeiras comuns com os trabalhadores em atividade, em especial a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário e pela reforma agrária, políticas que amenizariam o problema do desemprego - mesmo que o considerem como fenômeno intrínseco ao processo de acumulação capitalista. Além disso, busca-se estabelecer a unidade do ativo com a reserva através de manifestações conjuntas, jornadas de lutas articuladas e do apoio e solidariedade a movimentos como o MTD, ainda que de forma pouco orgânica. É importante destacar que os dilemas do sindicalismo e da classe trabalhadora como um todo, como a superação do corporativismo sindical, a conquista de determinadas bandeiras históricas e inclusive a questão da unidade com os desempregados, são apontados por militantes da Conlutas e da Intersindical como tarefas não cumpridas pelo projeto “fracassado” da CUT. A burocratização desta central, o distanciamento das bases, a perda da autonomia e de democracia interna, a estratégia da negociação sobreposta à do combate com patrões e governos e o alinhamento com o governo Lula fariam desta ainda hoje um grande empecilho para que o movimento operário supere esses desafios. Cumpre notar, no entanto, que diversas bandeiras e táticas de luta elencadas por estes setores para efetivar a unidade do ativo com a reserva não divergem substancialmente daquelas levadas a cabo pela CUT (como o levantamento de bandeiras como a da redução da jornada e a da reforma agrária, ou a realização de mobilizações conjuntas com os movimentos populares) e que a construção de um projeto alternativo que avance nessa unidade não é decorrência direta e imediata da ruptura com esta entidade, ainda que as críticas elaboradas a esta central contenham elementos importantes para a superação de grandes dilemas da organização dos trabalhadores.

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)

A análise mais detida sobre uma experiência de organização dos próprios trabalhadores desempregados vem enriquecer a discussão a que temos nos proposto. O Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) surgiu no Rio Grande do Sul, em 2000, e, em que pese seu pouco lastro social e expressão política, assumiu uma dimensão nacional a partir de 2003, sendo hoje a principal referência para a organização e a mobilização dos desempregados no Brasil. Com atuação em 12 estados e tendo em seu núcleo originário militantes próximos ao MST e à Consulta Popular, este movimento aglutina trabalhadores desempregados, inclusive aqueles que compõem a superpopulação relativa estagnada, bem como suas famílias. O movimento procura conciliar as necessidades econômicas com a

flanelinhas, dentre outros são parte da nossa classe e devem ter numa central dos trabalhadores um ponto de apoio para combater a superexploração e superar a precarização do trabalho.”

atividade política e se organiza em torno de núcleos nos bairros, ocupações de lotes nas imediações das cidades (a exemplo das chamadas “comunas urbanas” ou dos “assentamentos rururbanos”) e outras iniciativas como cooperativas, atos, marchas, respaldadas pela reivindicação de demandas sociais urbanas como as frentes emergenciais de trabalho.

A partir da agitação de uma pauta local nos bairros de periferias urbanas, esse movimento reúne em sua base social principalmente aqueles trabalhadores que chama de “desempregados estruturais”. Para um dirigente do MTD, os “desempregados estruturais” são aqueles que não se enquadram no perfil predominante exigido pelo mercado de trabalho, por possuírem pouca qualificação e experiência profissional, por conta da idade, pelo número de filhos, e, por isso, estão na condição de desemprego por um longo período e tem poucas perspectivas de serem (re)inseridos no mercado formal. É parte das projeções do movimento, contudo, organizar também o que denominam de trabalhadores do “exército industrial de reserva”, que seriam aqueles com maiores possibilidades de retornar ao mercado formal²⁴. As políticas propostas pelo movimento, ainda que pouco elaboradas, passam menos pela organização para a produção coletiva e se assentam sobre o eixo de prepará-los para a militância sindical, caso consigam emprego. É interessante notar que, embora caracterizem os desempregados através de critérios que se baseiam fundamentalmente no mercado de trabalho, as diferenciações entre os desempregados apontadas pelo movimento também dizem respeito à própria relação de unidade e fratura com o ativo. Desse modo, enquanto os desempregados do “exército industrial de reserva” têm contato maior e mais próximo do ativo tanto na competição mais acirrada com estes (elemento de fratura), quanto no ativismo político e sindical (elemento de unidade), as táticas utilizadas para organizar e mobilizar os “desempregados estruturais” são aquelas não diretamente vinculadas à pauta sindical (elemento de fratura).

(...) Pra esse grupo que é o pessoal “desempregado estrutural”, a gente trabalha com grupos de produção, trabalhamos a questão das comunas urbanas, questão dos assentamentos rururbanos, então uma série de bandeiras de luta que vão surgindo, que os próprios trabalhadores vão propondo. Mas, pra esse “desempregado do exército industrial de reserva”, mais qualificado, a gente tá discutindo a questão da redução da jornada de trabalho, que possibilitaria a questão da abertura de mais turnos. E nesse sentido, a gente tá buscando diálogo com alguns sindicatos, no sentido de como é que a gente une a luta do trabalhador empregado com o desempregado. (Francisco Galvão, dirigente do MTD)

A necessidade da obtenção de conquistas concretas é sempre citada como um fator que aglutina mais ativistas e que dá dinâmica ao movimento, por conta da carência material da base. Nesse sentido, o MTD se volta, em suas táticas de ação e métodos de luta, para que tenha conquistas materiais. O direcionamento de reivindicações para o Estado, como o passe livre de ônibus para os desempregados, a tarifa social de energia elétrica, a abertura de creches e cursinhos populares nos bairros, a coleta de lixo e saneamento básico, e a mobilização em torno da exigência de que estas demandas sejam executadas, é uma forma de ação bem presente neste movimento. Neste caso, pode-se dizer que a unidade com os trabalhadores em atividade se dá antes pela demandas em comum no bairro do que pelas questões mais diretamente relacionadas ao trabalho e ao sindicalismo.

A tentativa de fortalecer a relação com o sindicalismo, por sua vez, também é um aspecto importante para o MTD. A iniciativa de construção de um fórum amplo, que

²⁴ O MTD se apropria do conceito marxiano de “exército industrial de reserva” de forma distorcida, na medida em que o define a partir da relação dos desempregados com o mercado de trabalho e o vínculo empregatício, e não, com base na estrutura social, com base na posição desse segmento no modo de produção capitalista. Assim, o que o movimento chama de “desempregados estruturais”, para Marx fazem parte do exército industrial de reserva como “superpopulação relativa consolidada”, já que, independente de sua relação com o mercado, também compõem a função de reserva no processo de acumulação capitalista.

agregasse diversos movimentos e entidades no combate ao neoliberalismo e seus efeitos sobre os trabalhadores e os direitos sociais fez surgir a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), em 2003. Justamente através de uma campanha nacional contra o desemprego, a CMS unificou setores como CUT, MST, União Nacional dos Estudantes (UNE), Marcha Mundial de Mulheres, União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), movimentos de moradia e o próprio MTD. A organização de atos, jornadas de luta e outras manifestações com as entidades sindicais é uma prática bem constante neste movimento, que levanta bandeiras como a da redução da jornada sem redução de salário, a abertura de mais postos de trabalho e a garantia dos direitos sociais e trabalhistas historicamente adquiridos pela classe trabalhadora:

(...) a gente tem que se somar com a luta operária, com a luta dos sindicatos. Uma das bandeiras que a gente mais tem discutido é a da redução da jornada de trabalho sem redução de direitos, porque ao mesmo tempo diminui a exploração pra quem tá trabalhando nas fábricas, ao mesmo tempo cria a possibilidade de abrir mais um turno. (Francisco Galvão, dirigente do MTD)

O MTD, no entanto, não está participando da construção da nova central, nem tem debatido os dilemas de organização e concepção que têm sido levantados nesse processo. A perspectiva de se organizar conjuntamente com os sindicatos em uma mesma entidade não é uma questão atualmente colocada para este movimento. Nossa hipótese é que o balanço crítico e duro da experiência da CUT e a caracterização do governo Lula como expressão do neoliberalismo e dos interesses da classe dominante, aspectos impulsionadores do processo dessa nova central, não se colocam desta maneira para o MTD. Um exemplo que o demonstra é a avaliação deste movimento sobre os programas compensatórios do governo federal, como o Bolsa-Família e o Fome Zero, que buscam atingir principalmente os setores da base social que o MTD organiza. Ainda que os considere insuficientes para resolver a própria carência material dos desempregados, o MTD não estimula uma crítica mais profunda ao teor destes programas e incentiva lemas como “Fome Zero é trabalho”, a fim de enfatizar a importância de se garantir mínimas condições materiais a esta parcela de trabalhadores.

a questão das conquistas, essa é uma questão cada vez mais difícil. Não tem melhorado essa situação. O Estado é burguês, independente do gerente que esteja lá. Ele foi criado para atender a classe dominante, manter a classe dominando (Francisco Galvão, dirigente do MTD)

Em nossa visão, ao realizar uma suposta crítica ao caráter do Estado como um todo (ainda que não deixe de disseminar ilusões quanto a este, através da cobrança sistemática para que as demandas sociais sejam atendidas), o MTD camufla e subestima as críticas específicas ao governo. A relativa diminuição das taxas de desemprego a partir de 2003 e os programas sociais do governo Lula podem ser alguns fatores que contribuem para que este movimento não se posicione enquanto oposição ao governo federal e continue mantendo relações mais próximas com a CUT.

Resultados provisórios

O exército industrial de reserva e os trabalhadores em atividade mantêm relação de exploração com o capital e são, ambos, parte da classe trabalhadora. De forma imediata, no entanto, a competição entre os trabalhadores suscita interesses divergentes entre o ativo e a reserva, tornando mais complexa sua organização e mobilização conjunta. As relações de unidade e fratura entre o ativo e a reserva se manifestam em suas diversas formas e instrumentos de luta e perpassam as estratégias políticas das entidades sindicais e dos movimentos populares.

A defesa do emprego, feita por meio da **resistência às demissões**, geralmente é apresentada pelas entidades sindicais como a primeira estratégia de representação dos

interesses dos desempregados. Sobre esta questão, podem-se observar algumas tendências. A FS e a ala majoritária da CUT incentivaram, no período analisado, acordos que negociam a eliminação de postos de trabalho com pacotes de incentivos, redução da jornada com redução de salário e outras medidas flexibilizadoras. Porém, o propositivismo de ambas centrais não significa que não tenham realizado protestos por emprego, inclusive greves contra as demissões. No caso da Conlutas, da Intersindical e de setores minoritários da CUT, ainda que tenham privilegiado a mobilização, não se exclui as negociações e as práticas legalistas de recorrer à justiça do trabalho, tal como se evidenciou no caso da Embraer, na última crise. Já com relação ao MTD, esta não é uma tática utilizada pelo movimento, inclusive considerando que o trabalhador recém demitido ou em vias de ser demitido não é a principal base social que o MTD procura organizar.

A representação dos interesses dos desempregados também é destacada pelas organizações através de suas **propostas para a geração de empregos**. Não há diferenças substanciais entre as quatro centrais analisadas, nem entre o MTD quanto a suas principais propostas, já que a “reforma agrária” e a “redução da jornada de trabalho” são bandeiras comuns. Ainda que Intersindical, Conlutas, os setores minoritários da CUT e o MTD façam uma leitura estrutural da formação de um exército de reserva do capitalismo, isso não exclui totalmente propostas que vinculem as políticas estatais com o crescimento econômico. A ala majoritária da CUT e a FS privilegiam uma leitura mais conjuntural e ressaltam o papel do Estado na promoção de políticas públicas para a geração de empregos. Esta última defendeu a plataforma neoliberal com mais veemência nos anos 90, embora ainda estejam presentes propostas justificadas a partir da noção de “empregabilidade”, bem como a bandeira da flexibilização trabalhista.

O **oferecimento de serviços** aos desempregados esteve presente nos anos 90 através da ala majoritária da CUT e da FS. Com a municipalização dos centros de atendimento, em 2003, essa proposta perde espaço no interior das centrais. A FS continua investindo em parcerias com o Estado para sustentar esta que foi sua principal política para os desempregados. Essa bandeira não é defendida pela Intersindical, Conlutas, MTD e setores minoritários da CUT.

A **organização para a produção e o consumo** é uma bandeira comum de todas as centrais e também do MTD, ainda que de diferentes maneiras. A CUT investe consideravelmente na economia solidária, com propostas que variam desde o cooperativismo de crédito e habitacional à recuperação de empresas sob o controle dos trabalhadores através de empreendimentos autogestionários. A FS também formula estratégias nesse terreno, mas investe menos na autogestão. A Conlutas e a Intersindical defendem as cooperativas de produção, embora haja setores nessas centrais que mostrem resistência à construção de experiências desse tipo, que são escassas na base de seus sindicatos. Com vias a envolver os trabalhadores desempregados que não têm um mínimo sustento para se manter, é um eixo importante do MTD a organização para a produção coletiva, através, por exemplo, de cooperativas, das frentes emergenciais de trabalho, das comunas urbanas ou dos chamados assentamentos “rururbanos”.

A **organização para a luta** dos desempregados é o principal objetivo do MTD e também não é rejeitada por nenhuma das centrais. Este movimento o faz com base na organização dos desempregados a partir dos bairros das periferias urbanas e das demandas locais, buscando avançar na conscientização política destes trabalhadores. A CUT defende a criação de associações ou comitês para este segmento, mas não consegue desenvolver experiências desse tipo. A FS ressalta sua importância, mas prioriza a política de contenção por meio do oferecimento de serviços. A partir da discussão sobre a “reorganização”, a

Conlutas e a Intersindical, em 2009, apresentam as propostas de “central sindical e popular” e “central do mundo do trabalho”, ou “central de trabalhadores”, sob a justificativa de representar setores não sindicalizáveis, que não possuem o vínculo empregatício formal. A representação dos desempregados é contemplada, mas a nova central se define pela filiação de entidades e outras organizações, e não pela filiação individual. Destaca que a representação dos desempregados poderia ser feita através da representação territorial no bairro, mas não fica claro como esta poderia ser desenvolvida. A sindicalização individual de desempregados ou a criação de um sindicato de desempregados não é defendida por nenhuma central, assim como, na prática, não há experiências de associações e comitês que representem esse segmento.

Vale destacar a política de ***aliança com as organizações de desempregados ou organizações cujas bases sociais estão compostas pelos desempregados***. No caso da CUT e da FS esta política já existe desde os anos 1990. Nos anos 2000, a FS vem manifestando apoio, ainda que muito frágil e tímido, ao MST. A CUT participa da CMS, que aglutina o MTD a nível nacional, além de ter atuado em conjunto com o MST e outras organizações populares em diversos momentos. A Conlutas e a Intersindical, como setores minoritários do sindicalismo, estão em processo de incorporação no interior da nova central unificada, de movimentos como o MTST e o MTL. Para o MTD, além da organização de manifestações e campanhas conjuntas, a principal estratégia de aliança com os sindicatos, é a defesa da redução de jornada sem redução de salário, ainda que não relate experiências concretas nesse sentido. Este movimento, no entanto, possui uma relação pouco sólida com os sindicatos, que muitas vezes se restringem ao fornecimento de suporte material ao movimento.

Feitas estas considerações, ainda resta uma questão. Como as entidades justificam a relação de unidade e fratura entre sindicatos e desempregados no período abordado? Para a CUT, a organização dos desempregados através da economia solidária se dá através da necessidade de organizar a sociedade civil para o exercício da cidadania. Segundo a FS, o oferecimento de serviços se explica pela estratégia de rompimento com o corporativismo e pela contribuição para a reinserção dos desempregados no mercado de trabalho. De acordo com a Conlutas e a Intersindical, a organização dos desempregados se justifica através de uma estratégia de organizar o conjunto da classe trabalhadora de acordo com as novas características do “mundo do trabalho”. Já para o MTD, a organização dos trabalhadores desempregados é contribuição fundamental para a luta mais ampla pelo fim da exploração capitalista, que deve estar alinhada com a luta sindical, ainda que as especificidades e os interesses imediatos do ativo e da reserva dificultem a organização e a mobilização conjunta.

É interessante atentar, no entanto, que, em muitos momentos, as políticas levadas a frente pelas entidades também correspondem a questões que extrapolam a disposição em organizar os desempregados. Nesse sentido, a CUT e a FS atuam desde a década de 90 no âmbito da gestão direta de políticas públicas, através de recursos do FAT. Essa estratégia se insere na política dessas centrais de disputa institucional, necessária para o prestígio de suas organizações como plataforma eleitoral e formação de quadros partidários para os governos, tendência que alcançou seu auge, a nível federal, com a eleição de Lula. No caso da Conlutas e da Intersindical, a representação desses segmentos faz parte da estratégia de ampliar a base de representação político-sindical, vista a médio e longo prazo como uma possibilidade de crescimento e de disputar a direção dos sindicatos da CUT e da FS.

Assim, as representações ideológicas feitas pelas entidades sobre o desemprego não são suficientes para a concretização de propostas para a representação dos desempregados. Para o sindicalismo de Estado brasileiro a política predominante para o desempregado continua sendo a homologação. A estrutura sindical ainda é um grande empecilho, objetivo e

subjetivo, para a organização unitária efetiva entre o ativo e a reserva. Desse modo, em especial para os dirigentes da CUT e FS, em última instância, os desempregados não são necessários para a manutenção de suas entidades, já que não votam nas eleições sindicais, nem contribuem com a mensalidade. Mesmo entre os setores mais combativos, como a Conlutas e a Intersindical, o rompimento de fato com essas práticas políticas consolidadas nas lutas sociais do Brasil é um desafio ainda a ser construído, permeado por limites e contradições. A perspectiva de criação de uma central que envolva sindicatos e outros setores não sindicalizáveis pode ser um apontamento importante nesse sentido, mas não é suficiente para a superação dos dilemas da organização dos trabalhadores em atividade e desempregados no Brasil, principalmente tendo em vista a necessidade imediata de ampliação da base de representação político-sindical desta nova central.

Por fim, faz-se necessário enfatizar que o MTD possui uma política de aliança, a nível nacional, com o MST e com a CUT, o que fica evidente na filiação comum das três organizações à CMS. A efetivação dessa aliança, no entanto, se pauta predominantemente pela busca no movimento sindical por solidariedade e contribuições materiais, justificada pelo desinteresse das organizações sindicais sob o argumento da burocracia, do corporativismo, do governismo e dos interesses eleitorais. Como não tem o emprego como reivindicação principal, mas a auto-organização para a produção e o consumo, a ação conjunta com os sindicatos, através da bandeira da redução da jornada de trabalho, não se tornou prioridade no movimento.

Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BARRETO, Eleonora F. *Desemprego e (des)mobilização política: a luta do sindicato dos bancários de Campinas e região*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas-SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.
- BOITO JR., Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Tese (doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- CUT. *Resoluções da 7ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo, 1995.
- CUT. *Resoluções da 10ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo, 2002.
- CUT. *Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT (Concut)*. São Paulo, 1994.
- CUT. *Resoluções do 7º Congresso Nacional da CUT (Concut)*. Serra Negra, 2000.
- ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Global, 1986.
- FIGUEIREDO FILHO, Carolina B. G. *Desemprego e organização dos trabalhadores: o caso do MTD*. Relatório (iniciação científica). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- GALVÃO, Andréia. *A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical*, *Idéias* (Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil), v. 9, n. 1, p. 105-154, 2002.
- _____. *Sindicalismo e política: a reconfiguração do movimento sindical brasileiro no governo Lula*. Apresentação para o Congrès Marx International V. *Actuel Marx*, 2007.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- MENELEU NETO, José. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco e OLIVEIRA, Manfredo (Org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. Fortaleza: Cortez Editora, 1996.
- SOUZA, Davisson C. C. de. *Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região diante do desemprego no período de 1990 a 2002*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____. *Unidade e fratura entre o ativo e a reserva: notas sobre a relação entre sindicatos e desempregados*. Comunicação apresentada no VI Colóquio Marx e Engels. Cemarx/Unicamp. Campinas, 2009.
- TRÓPIA, Patrícia. A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo. *Idéias* (Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil), v. 9, n° 1. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002.
- ZARPELON, Sandra Regina. ONGs, movimento sindical e o novo socialismo utópico. *Idéias* (Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil), v. 9, n° 1. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002, p. 203–244.